



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

14/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Inflação para famílias pobres sobe e é de 3,43%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda até cinco salários mínimos, acumulou alta de preços de 3,43% em 2018. Segundo dados divulgados ontem (11), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa é maior que a de 2017 (2,07%). Apesar disso, o INPC teve uma taxa menor que a inflação oficial (3,75% em 2018), medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro último, o INPC anotou variação de 0,14%, que se igualou ao percentual de dezembro de 2016 como a menor taxa de inflação para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. Os produtos alimentícios tiveram alta de 0,45% no mês, mesmo resultado registrado para novembro. Já os itens não alimentícios tiveram variação de 0,01%, acima da deflação (queda de preços) de 0,55% de novembro. A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou 2018 em 3,75%, contra 2,95%, em 2017.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/01/2019

'Combate à inflação foi bem-sucedida'

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse nesta sexta-feira (11) que a política em relação à inflação foi um trabalho bem-sucedido. Ele citou que o regime de metas vai fazer, em pouco tempo, 20 anos e a inflação de 3,75%, divulgada nesta segunda-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está dentro da meta. Goldfajn disse que o mais importante é que as expectativas também estão dentro da meta para este ano, para 2020 (ambas de 4%) e para 2021 (3,75%). Goldfajn disse ainda que manter o controle da inflação é um trabalho contínuo e que os ajustes são essenciais para manter a inflação na meta e também para a recuperação da economia. Segundo o presidente do Banco Central, atualmente a instituição é respeitada no país e no exterior, suas políticas têm credibilidade e o sistema financeiro do Brasil é saudável e eficiente. O presidente do BC lançou nesta segunda-feira, no Rio de Janeiro, a coleção digital da história da instituição. Ele espera que as histórias contadas pelos ex-presidentes do banco na coletânea possam servir de inspiração para as novas gerações.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/01/2019

Previdência: Fraga vê reforma impactante

O ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse que é fundamental que o governo Bolsonaro resolva o problema da Previdência de maneira impactante. "A situação é de alto risco e exige comprometimento de todos do governo", afirmou. Fraga, que participou do lançamento da coleção História Contada do Banco Central do Brasil, considera a Previdência o maior item do lado dos gastos do governo. "Acho que o que precisa fazer é acertar o lado fiscal. Não há Banco Central que resista a uma situação fiscal como a nossa. Esta situação é muito grave e urgente. O governo federal está mal das pernas e a maioria dos estados está quebrado", analisou o economista. O economista e professor da PUC-Rio, Gustavo Franco, também ex-presidente do BC, salientou que a reforma da Previdência deve ser a prioridade da pauta e que o governo deve ser arrojado e colocar com clareza para o país o tamanho do problema e sua solução. "Fazer pela metade não resolve. Não é bom", avalia. Ele diz que está vendo com muita expectativa "e com moderado otimismo" as políticas econômicas do governo Bolsonaro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/01/2019

Teto da Previdência pode mudar

Com a divulgação do INPC nesta sexta-feira (11), o valor do teto das aposentadorias em 2019 deve subir dos atuais R\$ 5.645,80 para R\$ 5.839,45 - o valor exato será divulgado em portaria na semana que vem. O teto é o valor máximo que um benefício previdenciário pode atingir e também a parcela máxima sobre a qual é cobrada a alíquota previdenciária do trabalhador (a alíquota do empregador é calculada sobre todo o salário). Atualmente, ele vale só para o setor privado e para servidores de unidades federativas que já criaram a Previdência complementar.

NOVA PREVIDÊNCIA.

Ainda não há detalhes sobre a reforma da Previdência que será proposta pelo governo Bolsonaro, mas, com base nas sugestões em estudo, é possível que o teto seja mantido como está para quem já está no mercado de trabalho e usado também para os servidores, mas reduzido para futuros trabalhadores.

CAPITALIZAÇÃO.

Essa redução deve acontecer porque o governo pretende criar uma nova Previdência para quem ainda não entrou no mercado de trabalho, com uma parte da aposentadoria no sistema de capitalização. Nesse sistema, quem ganha acima de determinado valor precisa ter uma conta individual, no qual formará uma poupança compulsória para quando aposentar. Além dessa parte de capitalização, a nova Previdência (para futuros trabalhadores) deverá ter também uma renda mínima para todos os que atingirem a idade mínima e uma parte da aposentadoria no sistema atual, de repartição (no qual o valor do benefício é fixo até o final).

NOVA PREVIDÊNCIA AINDA É MISTÉRIO.

A equipe do Ministério da Economia ainda não divulgou detalhes sobre essa nova Previdência, mas projetos enviados ao governo sugerem que essa parte de distribuição tenha teto mais baixo que o atual (de R\$ 2.200, num caso, e de R\$ 3.952 no outro). No caso de um futuro trabalhador com salário de R\$ 10.000, por exemplo, ao se aposentar ele receberia a renda mínima universal (de R\$ 550, numa das propostas, e R\$ 668 na outra), uma aposentadoria fixa cujo valor seria a diferença entre a renda mínima e o teto (R\$ 1.650 num caso e R\$ 3.284 no outro) e complementar sua renda com a poupança de sua conta individual; O valor dessa parte complementar vai depender de quanto ele conseguir poupar, de quanto render essa conta e de quanto ele resolver sacar todos os meses. Além de fazer parte da lógica do novo sistema -que transfere para os trabalhadores de maiores salários uma parte do risco da aposentadoria-, o teto mais baixo reduz o custo de transição entre os sistemas atual e futuro. FIPE. Segundo a Fipe, autora de uma das propostas de sistema de capitalização, a renda mínima universal e a aposentadoria fixa até o teto de R\$ 2.200 repõem a renda de 75% dos trabalhadores do setor privado do mercado atual.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/01/2019